

A crise como exigência: austeridade fiscal como princípio regulador do discurso jornalístico no Brasil¹

Pedro Krüger²

Dr. Vinícius Durval Dorne³

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Resumo

O trabalho analisa a maneira pela qual parte dos enunciados provenientes da mídia jornalística brasileira mobiliza a noção de iminência de crise econômica para legitimar políticas de austeridade fiscal. Com base nos Estudos Discursivos Foucaultianos, demonstra-se que o discurso jornalístico atua na produção de saberes e verdades de modo a construir a austeridade como uma resposta técnica e inquestionável frente a quaisquer sinais de desequilíbrio fiscal. O corpus selecionado é composto por textos da Folha de S. Paulo, Veja e Valor Econômico, todos publicados em outubro de 2023, após uma fala do presidente Lula rejeitando a meta de déficit zero em seu governo. A análise reflete que, ao reiterar a urgência de ajuste fiscal frente à “ameaça de crise”, a mídia participa de um regime discursivo que restringe o debate econômico a parâmetros ortodoxos, silenciando outras alternativas para os problemas levantados.

Palavras-chave: responsabilidade fiscal; discurso; mídia; neoliberalismo

Introdução

No debate político brasileiro, nota-se a outorga de enorme destaque ao mote da “responsabilidade fiscal” enquanto princípio imperativo para o bem-estar das contas públicas. Tal fato pôde ser observado em diferentes momentos da história recente da nação, a exemplo de quando da publicação da “carta ao povo brasileiro” (Silva, 2002) pelo Presidente Lula antes de ser eleito pela primeira vez, em 2002, ocasião em que prometia-se a conciliação dos

¹ Trabalho apresentado na IJ06 – Comunicação e Interfaces – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e pesquisador graduado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil, email: pkruiger2000@gmail.com.

³ Orientador do trabalho e professor do Curso de Jornalismo da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, e-mail: dorne.vinicius@gmail.com.

interesses do mercado financeiro com as pautas sociais historicamente levantadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Aliado a isso, sobretudo em contextos de instabilidade econômica e política, é comum observar, em parte de enunciados produzidos pela mídia hegemônica brasileira, a construção discursiva que associa qualquer sinal de desequilíbrio fiscal à iminência de uma crise de grandes proporções, cujos efeitos só podem ser evitados ou atenuados por meio medidas que visem à austeridade fiscal. Tendo isso em mente, a partir do referencial dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF), entende-se que esse funcionamento discursivo, no entanto, não é um reflexo objetivo e neutro da realidade econômica, mas, sim, produto de uma construção discursiva resultante de uma disputa que envolve a produção de saberes, a delimitação de verdades econômicas e a legitimação de determinados sujeitos, e apenas desses sujeitos, como aptos a enunciar no campo da economia.

Dessa maneira, o presente artigo, recorte e fruto de um trabalho monográfico desenvolvido no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), tem por objetivo compreender como a mídia hegemônica brasileira - representada por Folha de S. Paulo, periódico que mais circula pelo país, Veja, a revista que mais circula pelo país, e Valor Econômico, o jornal da área de economia com maior credibilidade sob a perspectiva do mercado financeiro - constrói a austeridade fiscal como uma exigência técnica inquestionável. Como corpus, foi escolhido um material de caráter opinativo de cada veículo; uma análise, um artigo de opinião e um editorial.

Todos publicados no mesmo dia, 27/10/2023, repercutem uma declaração do Presidente Lula, em café da manhã com jornalistas, afirmando que em seu governo não haveria déficit fiscal zero. A análise selecionada, publicada no Valor Econômico, foi feita por Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta, com o título “Análise: No debate sobre zerar o déficit em 2024, prevalece a visão da ala política do governo” (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023). Já o artigo de opinião, “Lula: bye, bye, responsabilidade fiscal” (Rangel, 2023), foi publicado na coluna de Ricardo Rangel na Veja. O editorial, por sua vez, que representa o posicionamento institucional do veículo que o publica, pertence à Folha de S. Paulo e tem por título “Lula sabota o país” (LULA sabota [...], 2023).

A análise se concentra na regularidade discursiva que associa a mera possibilidade de flexibilização fiscal à eclosão iminente de uma crise econômica, funcionando como um mecanismo que evoca a adoção urgente de medidas de austeridade. Assim, parte-se da hipótese de que tal operação discursiva, na realidade, reproduz enunciados de instituições do norte global, como o FMI, reforçando a racionalidade neoliberal que eleva austeridade fiscal ao posto de verdade técnica essencial para o bem governar.

Discurso, poder e verdade sob uma perspectiva foucaultiana

A partir de Foucault (2011), compreende-se que os discursos, na condição de instrumentos de poder, regulam a produção de saberes; de modo que enquanto organizam, formam e exercem poder, são da mesma forma rarefeitos e controlados por condições de possibilidades históricas que demarcam aquilo que pode ser falado, quem pode dizer e sob quais circunstâncias. Funcionamento discursivo, esse, que atua no sentido de revestir certos enunciados de autoridade e legitimidade ao passo que outros são silenciados, excluídos e marginalizados. Em outras palavras, os discursos não são de todo livres, uma vez que há procedimentos que lhes atribuem as possibilidades de existência, sendo que alguns desses procedimentos, que agem na forma de mecanismos coercitivos, são de origem externa, à medida que outros vêm do interior do próprio discurso.

E aí jaz a articulação entre saber, poder e verdade, tão cara ao pensamento foucaultiano. Para Foucault (1979, p. 10), “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos [...]”. Assim, o que se toma por verdadeiro em uma dada sociedade não o é por motivos naturais, dada tal impossibilidade, trata-se do vetor resultante das relações de saber e do exercício de poderes por diferentes sujeitos na sociedade. Como reflete o filósofo, “somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la [...] No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas [...]” (Foucault, 1979, p. 180), o que reforça o quanto a percepção relativa ao verdadeiro está implicada em relações de poder que a condicionam e fazem circular.

Nesse sentido, como assinalam Vieira e Brito, “a verdade está ligada às relações de regularidade que produzem as nossas leis e justificam as nossas ações, não existindo conceito de verdade se não há conceito de poder” (2015, p. 78). Isto é, a autoridade de certos discursos — o que também vale para o econômico — não reside em sua objetividade, mas na forma como se estabilizam como verdade a partir de mecanismos discursivos. E é a estes mecanismos discursivos, os que permitem a determinados enunciados que emerjam com legitimidade, autoridade e status de verdadeiros, que Foucault (2008) chama de princípios reguladores do discurso.

Então, é precisamente mediante a descrição desses princípios reguladores que se torna possível observar como o discurso da mídia hegemônica brasileira constrói, sustenta e estabelece certos argumentos como verdadeiros. No presente artigo, a análise direciona seu olhar ao princípio regulador do discurso que vincula uma perspectiva de menos rigidez fiscal ao rebentamento certo de crises econômicas, de modo a exigir a adesão urgente a políticas fiscais ortodoxas⁴, leia-se, medidas de austeridade.

Iminência da crise como demanda por austeridade

Nos três materiais analisados, assim como em muitas outras materialidades perpassadas pelo discurso jornalístico e econômico, nota-se a construção de um cenário de crise econômica à beira da estouro, quando a explosão já não foi consumada, de maneira que o único remédio legítimo para prevenir ou atenuar os efeitos dessa crise apresenta-se sob o aspecto da austeridade fiscal. Trata-se de um remédio que se pretende técnico e objetivo, sob cuja perspectiva a relativização das metas fiscais e o reforço de gastos com políticas de cunho social são jogados à margem do campo de possibilidades de decisões legítimas em economia. Essa regularidade discursiva opera discursivamente, principalmente, de duas formas distintas.

Em uma delas, instaura-se um cenário de ameaça perene: a crise, conquanto ainda não se tenha materializado plenamente, está sempre prestes a eclodir; de modo que a resposta a essa ameaça, um imperativo técnico irremediável, longe de ser uma escolha política, é o corte

⁴ Na economia, a ortodoxia corresponde ao conjunto de teorias e práticas baseadas na defesa do equilíbrio fiscal, na contenção do gasto público e na crença na eficiência autorreguladora dos mercados. Por outro lado, a heterodoxia reúne correntes que defendem a intervenção ativa do Estado na economia, admitindo a expansão fiscal e o uso de políticas públicas como instrumentos legítimos para promover o crescimento e reduzir desigualdades.

de gastos. Por corolário, a associação entre gastos públicos e consequências catastróficas à população, como inflação, juros altos, desemprego e etc., surgem como um efeito de verdade que legitima a austeridade, que em “tempos de paz” é frequentemente impopular. Em seu outro modo de operar, contudo, a crise não é descrita de forma explícita, ainda que, insistentemente, reitere-se a noção de que há em curso uma deterioração progressiva das condições macroeconômicas que, futuramente, exigirão medidas de contenção mais severas.

No artigo de opinião da Veja (Rangel, 2023), constrói-se, com ênfase, um cenário de desordem generalizada:

Mas espantoso mesmo é o timing. A economia não está indo bem. A violência recrudesciu. A popularidade de Lula está em queda. O presidente está sitiado por Arthur Lira e Rodrigo Pacheco. Resolveu patrocinar um brutal retrocesso na Petrobras. E entregou a Caixa Econômica ao Centrão. Que hora para dar um tiro no pé desses. (Rangel, 2023).

E se a relativização da meta de déficit zero por Lula já havia sido retratada, em outros momentos do texto, como uma absurdo em decorrência de seu enunciador, nessa conjuntura caótica que o artigo desenha - violência crescente, economia fragilizada, popularidade em queda, chefe do executivo acuado politicamente e etc., - seus dizeres são reposicionados como ainda mais despropositados. Soma-se a isso o fato de que a crise funciona como um apelo à intransigência fiscal, uma vez que se medidas austeras não forem tomadas agora, ela se deteriorará. Tal efeito de verdade pode ser depreendido do trecho “E todo mundo sabe que vêm aí mais inflação e juros. O déficit, seja qual for seu tamanho, já é bem maior do que ‘absolutamente zero’” (Rangel, 2023). Ou seja, a degradação absoluta da economia nacional surge como fruto da flexibilização da meta de déficit zero. Um resultado certo e de conhecimento de todos já que “todo mundo sabe”.

Na análise do Valor Econômico (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023), de tom mais sóbrio, identifica-se o mesmo funcionamento quando difunde-se a ideia de que conservar a meta fiscal tal como ela é, a fim de manter sob controle as contas públicas, é uma imposição técnica da qual não se abdica caso pretenda-se escapar do desenrolar de efeitos negativos produto de uma política fiscal heterodoxa. O texto aponta que “A LDO fixa a meta fiscal. Uma meta menos rigorosa abre espaço para uma condução menos rígida das contas públicas, ou seja, mais gastos” (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023). Aqui, a expressão “mais gastos” carrega uma

conotação de ameaça velada, como se o simples afrouxamento da meta bastasse para colocar em risco a estabilidade macroeconômica. A construção do risco se torna mais presente quando na materialidade, diante da possibilidade de não cumprimento da meta, “é preciso reter gastos” (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023). Os verbos “exigir” e “precisar” reforçam a noção de que a contenção é inevitável, dando à austeridade o estatuto de verdade técnica.

O enunciado editorial da Folha de S. Paulo (LULA sabotagem [...], 2023), por sua vez, radicaliza esse funcionamento. Já no título, “Lula sabotagem o país”, a fala do presidente é tomada como um ato de irresponsabilidade e traição institucional, enquanto a linha fina reforça a causalidade direta: “Ao largar meta de déficit zero, presidente cria problemas e força alta dos juros.” (LULA sabotagem [...], 2023). Percebe-se que não há espaço para ponderação — a flexibilização fiscal “cria problemas”, ponto. Não se trata de uma decisão política debatível, mas de uma atitude que gera, inevitavelmente, consequências negativas para toda a economia.

Essa lógica reaparece no texto em “O governo federal terá de expandir a tomada de empréstimos a taxas elevadas — até mesmo por esse tipo de declaração do presidente.” (LULA sabotagem [...], 2023). A crise é consequência direta da fala, e o que se deduz a partir disso é que se a fala é ação, relativizar a meta em um discurso, em si, já é relegar a economia à ruína, conforme o excerto:

Governo e país pagarão juros mais altos; a confiança econômica diminuirá. De fato, fazer com que receita e despesa se equilibrem no ano que vem, o déficit zero, será difícil. Desprezar uma meta necessária e definida em projeto de lei, porém, cria e antecipa problemas. Que fique claro: Lula não está propondo um programa econômico controverso, está sabotando o próprio governo. Além de danoso, é incompreensível (LULA sabotagem [...], 2023).

Ou seja, o abandono da meta não é apenas criticável, é “incompreensível”. Ao estabelecer limites para o que pode ou não ser pensado como política econômica, o enunciado opera com uma regularidade que reforça a austeridade como único caminho racional, técnico e possível.

Esse tipo de funcionamento discursivo se observa em outras materialidades da mídia brasileira, tal qual um outro editorial da Folha de S. Paulo, desta vez publicado em 29 de outubro de 2024, com o título “Mundo tem ajuste econômico difícil pela frente” (MUNDO tem ajuste [...], 2024). Logo nos primeiros parágrafos, apresentam-se projeções otimistas do

FMI para a economia mundial, e, rapidamente, altera-se o tom: “Por trás da aparente boa situação, porém, esconde-se a necessidade de delicada gestão econômica para fazer frente aos múltiplos riscos existentes” (MUNDO tem ajuste [...], 2024). Embora diante de um cenário favorável, a simples possibilidade de instabilidade futura já basta para acionar o discurso da austeridade como medida preventiva. A crise, portanto, ainda não se instaurou — mas, ao ser antecipada, começa a funcionar como um horizonte de colapso, contra o qual medidas devem ser tomadas de maneira urgente. Assim, não importa se o prognóstico é otimista ou pessimista: em ambos os casos, o imperativo é o mesmo — cortar gastos, conter despesas, endurecer regras.

Funcionamento semelhante se observa em matéria publicada pela revista Veja de abril de 2024, intitulada “FMI piora projeção fiscal do Brasil e estima superávit apenas em 2027” (Quintino, 2024). Ao afirmar que “a mudança acendeu o alerta de risco fiscal e pode ter impactos na inflação e na taxa básica de juros do país, a Selic” (Quintino, 2024), no excerto fabrica-se um efeito de verdade de um sistema automático de punições. O simples anúncio da revisão da meta fiscal, enquanto ato político legítimo, é imediatamente interpretado como um risco macroeconômico objetivo, ativando um circuito discursivo que exige reação rápida. O termo “acender o alerta” remete a um modelo de funcionamento hipersensível, em que qualquer afastamento da norma fiscal ortodoxa é suficiente para justificar a retomada da rigidez.

Na mesma direção, o enunciado do Valor Econômico de janeiro de 2025, “Conta de juros dispara e exige esforço fiscal maior” (CONTA de juros [...], 2025), reforça a sensação de urgência. O trecho “O governo conta centavos para obter um déficit fiscal que seja o mais perto possível do zero, enquanto que a conta quase trilionária de juros cresce aceleradamente” (CONTA de juros [...], 2025) apresenta o esforço governamental como inglorio diante da força naturalizada da dívida pública. O déficit aparece como descontrole, e, a dívida, como entidade autônoma e crescente, que exige contenção inadiável. No excerto: “Nesse ritmo, e se nada for feito, o Brasil, que não tinha até há pouco uma crise fiscal no horizonte, começará a flertar com uma” (CONTA de juros [...], 2025), o uso do termo “flertar” desloca a discussão econômica para o campo da moralidade e do risco, sugerindo sedução pelo erro. Trata-se de

um funcionamento em que o gasto público é visto como transgressão, e, a austeridade, como reparação necessária e salvadora.

Considerações finais

O presente artigo teve por objetivo descrever como se estrutura, no discurso jornalístico da mídia hegemônica brasileira, a regularidade que associa a mera possibilidade de flexibilização fiscal à eclosão iminente de uma crise econômica que demanda medidas de austeridade. Para isso, mobilizou-se o referencial dos Estudos Discursivos Foucaultianos como ferramenta teórico-metodológica capaz de compreender como se estruturam certos enunciados, especialmente aqueles que elevam a austeridade ao patamar de resposta técnica e inevitável diante do rompimento com normas econômicas ortodoxas.

Na materialidade analisada, observa-se um funcionamento discursivo que não apenas representa a crise, mas a produz enquanto figura de antecipação. A construção de uma ameaça iminente opera como dispositivo regulador que convoca a austeridade como única resposta aceitável, retirando do campo de possibilidades outros caminhos políticos e econômicos. O discurso jornalístico, ao reiterar essa lógica, não apenas informa sobre os rumos da economia, mas atua na construção de um regime de verdade que estabiliza a racionalidade neoliberal como norma técnica e desqualifica alternativas como desvios inaceitáveis. A austeridade, nesse contexto, não se apresenta como uma escolha, mas como dever.

Referências

CONTA de juros dispara e exige esforço fiscal maior. Rio de Janeiro, 16 jan. 2025. Portal: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2025/01/16/conta-de-juros-dispara-e-exige-esforco-fiscal-maior.ghtml>. Acessado em: 09 abr. 2025.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: Acesso em: https://monoskop.org/images/d/d0/Foucault_Michel_A_Arqueologia_do_Saber_7th_ed.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2011.

FOUCAULT, M.; MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1979.

LULA sabota o país. São Paulo, 27 out. 2023. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/10/lula-sabota-o-pais.shtml>. Acesso em: 6 nov. 2024.

MUNDO tem ajuste econômico difícil pela frente. São Paulo, 29. out. 2024. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2024/10/mundo-tem-ajuste-economico-dificil-pela-frente.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2025.

OTTA, L. A.; SANT'ANA, J.; PIMENTA, G. Análise: No debate sobre zerar o déficit em 2024, prevalece a visão da ala política do governo. Rio de Janeiro, 27 out. 2023. Portal: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/10/28/analise-no-debate-sobre-zerar-o-deficit-em-2024-prevalece-a-visao-da-ala-politica-do-governo.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2024.

QUINTINO, L. **FMI piora projeção fiscal do Brasil e estima superávit apenas em 2027**. São Paulo, 17 abr. 2024. Portal: Veja. Disponível em: [https://veja.abril.com.br/economia/fmi-piora-projecao-fiscal-do-brasil-e-projeta-superavit-apenas-em-2027/#:~:text=Estimativas%20do%20FMI%20s%C3%A3o%20piores,das%20contas%20p%C3%BAblicas%20em%202026&text=O%20Fundo%20Monet%C3%A1rio%20Internacional%20\(FMI,t%C3%A9rmino%20do%20mandato%20de%20Lula](https://veja.abril.com.br/economia/fmi-piora-projecao-fiscal-do-brasil-e-projeta-superavit-apenas-em-2027/#:~:text=Estimativas%20do%20FMI%20s%C3%A3o%20piores,das%20contas%20p%C3%BAblicas%20em%202026&text=O%20Fundo%20Monet%C3%A1rio%20Internacional%20(FMI,t%C3%A9rmino%20do%20mandato%20de%20Lula). Acessado em 09. abr. 2025.

RANGEL, R. **Lula: bye, bye, responsabilidade fiscal**. São Paulo, 27 out. 2023. Portal: Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/ricardo-rangel/lula-bye-bye-responsabilidade-fiscal>. Acesso em: 6 nov. 2024.

VIEIRA, Demóstenes Dantas; BRITO, Luan Talles de Araújo. Verdade e poder em Michel Foucault: um projeto genealógico. **Trilhas Filosóficas – Revista Acadêmica de Filosofia**, Caicó-RN, v. 8, n. 2, p. 73-82, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RTF/article/view/1961>. Acesso em: 09 abr. 2025.